

Breves notas sobre a jurisprudência ambiental canadense



A Suprema Corte[1], na qualidade de intérprete da recente Constituição[2],

e demais cortes do Canadá, país vinculado ao sistema jurídico da *common law*, tem apreciado, faz muitos anos, casos de violações a direitos individuais que poderiam facilmente ser reconhecidos como ambientais. Do mesmo modo que nos Estados Unidos, a tutela do meio ambiente ocorre via reflexa, vinculada à violação de direitos individuais.

Exemplos deste fato são as antigas doutrinas, também reconhecidas nos Estados Unidos e aplicáveis ao direito ambiental[3] canadense, como *nuisance claims*, *negligence*, *strict liability*, *trespass* e *riparian rights*. Essas doutrinas têm sido invocadas – ocasionalmente em combinação – em nome daqueles que estão buscando proteção judicial dos efeitos da conduta que resultou, ou que poderia resultar no futuro, em alguma forma de dano ambiental.[4]

Decisões do Poder Judiciário canadense podem servir para proteger e reparar o ambiente de danos já ocorridos ou, em alguns casos, que possam ocorrer no futuro mas, na maioria das vezes, não de modo independente.

O sistema da *comon law* oferece proteção às pessoas cujo uso e aproveitamento da terra sofre interferência não razoável pela ação de outros, geralmente, embora não necessariamente, de um vizinho. Causas que levam os autores a ingressar em juízo invocando o instituto do *nuisance* são a emissão de gases tóxicos, químicos ou fumaça; maus odores e luzes ou ruídos excessivos. Esta interferência deve causar dano físico ou à propriedade, lesões ou riscos para a saúde ou segurança e desconforto ou inconveniências[5] aos seres humanos.

Elucidativos exemplos colacionados da jurisprudência canadense bem caracterizam o *nuisance*. A doutrina foi invocada com sucesso contra a emissão de fumaça que danificou jardim comercial de cultivo de plantas e flores[6] e por proprietário de pomar cujas árvores frutíferas sofreram danos atribuídos ao sal utilizado para derreter o gelo em rodovia[7]. Ou no caso do locador que teve diminuição no valor dos seus aluguéis e prejuízos nos seus negócios pelo barulho e vibração causado

pela introdução de um novo equipamento por uma fábrica em um bairro misto, residencial e industrial.
[\[8\]](#)

Também, no caso de proprietária de imóvel residencial em Quebec, que invocou, com êxito, dispositivo do Código Civil do Estado argumentando, com base na *nuisance doctrine*, contra empresa operadora de telecomunicações que, ao construir uma torre, atraiu bando de pássaros para as imediações de sua casa.

A combinação do barulho e do cheiro do excremento dos pássaros sobre a sua propriedade prejudicou o uso e depreciou o valor do imóvel.[\[9\]](#) No mesmo sentido, o barulho, a fumaça, o lixo e o mau odor emanado de um aterro sanitário rural motivou uma ordem judicial e uma reparação substancial de danos a indivíduo com base no *nuisance*.[\[10\]](#)

Importante verificar que embora o *standing* do autor esteja vinculado a uma violação de direito individual, a defesa do réu não é facilitada. Este deve provar, segundo a Suprema Corte do Canadá, que não existia outro modo de exercer a sua atividade, sem causar o dano e que era impossível de impedir o *nuisance*, sendo-lhe insuficiente ainda utilizar o argumento com base na mera negativa de negligência. No caso da dúvida acerca de determinado fato, o ônus da prova deve ser invertido contra o réu.[\[11\]](#)

Existe a doutrina do *public nuisance* que é base para ações contra danos ambientais perceptíveis, quando estes danos decorrem da violação de direitos públicos. Nesta situação, litigantes individuais não tem *standing* para ajuizarem uma ação.[\[12\]](#) Nos casos do *public nuisance*, o procurador-geral é considerado a parte mais adequada para litigar em nome dos interesses gerais da comunidade.

Aos indivíduos que buscam ajuizar ação com base no *public nuisance*, em nome da coletividade, tem sido exigida como condição para obter o *standing* uma permissão do procurador-geral para demonstrar que as pessoas sofreram danos especiais resultantes de uma específica interferência dos réus sobre direitos públicos.[\[13\]](#)

A jurisprudência canadense tem sido restritiva nestes casos, como demonstrado pelo decidido em *Sutherland v. Vancouver International Airport Authority*. Moradores de *Richmond*, em *British Columbia*, ajuizaram uma demanda com base no *public nuisance*, alegando transtornos e danos gerados pelo barulho das aeronaves que prejudicavam o diálogo fora das residências, afetando o uso dos pátios, jardins e outras atividades dos moradores.

Os cidadãos obtiveram vitória no julgamento monocrático, quando o magistrado entendeu que o barulho das aeronaves transcendia o mero aborrecimento. Todavia, a Corte de *British Columbia* entendeu que os autores não possuíam legitimidade para invocar o *public nuisance* e que este poderia ser invocado apenas com o consentimento do procurador-geral.[\[14\]](#)

No caso da *negligence*, deve o autor da ação demonstrar que faltou ao réu o dever de um padrão de cuidado na sua conduta e que esta falha acabou por causar um dano ambiental, sempre conectado com danos físicos ou a propriedade da parte autora[\[15\]](#). Esta doutrina geralmente é invocada quando o dano possui a sua origem no manuseio de substâncias contaminantes ou tóxicas. Deve o demandante demonstrar, para o prosseguimento e desenvolvimento do processo judicial, a existência do dever de cuidado negligenciado pela ré.

Como consta em *Donogue v. Stevenson*, o dever de cuidado é caracterizado pelo dever de respeito ao vizinho e pela obrigação de tomar cuidados razoáveis no sentido de evitar atos ou omissões que possam, previsivelmente, causar danos.[\[16\]](#) Ou seja, deve ser demonstrado que a conduta do réu esteve abaixo do padrão médio de cuidado razoavelmente esperado para as circunstâncias. Ao contrário dos institutos do *riparian claims* e do *trespass action*, a doutrina da *negligence* exige que o autor desincumba-se com o ônus da prova.[\[17\]](#)

A limitação do reconhecimento do *standing* apenas para casos em que ocorrem danos físicos ou a propriedade, com base na *negligence*, tem sido atenuada pela Suprema Corte do Canadá que decidiu que os gastos efetuados para a garantia de segurança da propriedade e para preservar a integridade corporal das pessoas podem ser reparados, ainda que não tenha ocorrido danos à propriedade ou físicos à pessoa.[\[18\]](#) A doutrina pode ser invocada, portanto, para indenizar gastos do particular para a prevenção de riscos de danos causados por terceiros.

No caso *Sevidal v. Chopra*, o instituto da *negligence* foi aplicado para responsabilizar pelo dano o proprietário-adquirente de imóvel que havia comprado o mesmo do antigo dono causador de contaminação originária do solo da propriedade com rejeitos radioativos. A Suprema Corte entendeu que o novo proprietário, com atos e omissões, havia exposto os autores da ação a perdas econômicas, mesmo que a contaminação do solo tivesse ocorrido décadas antes[\[19\]](#) e a esta o réu não tivesse dado causa.

No caso *Heighington v. Ontario*, servidores públicos foram responsabilizados por negligência ao não impedir a contaminação de solo por radiação. Referidos servidores eram funcionários do Departamento de Saúde e tinham o dever, de acordo com o *Public Health Act*, de impedir riscos à saúde pública. Foi reconhecida a violação do *Public Health Act*, pois os servidores falharam em tomar medidas razoáveis na remoção de materiais radioativos, contaminando o solo e colocando em perigo a saúde dos futuros ocupantes da terra.[\[20\]](#)

Demonstra-se uma tendência em acolher a *negligence* nos casos de regulação. Quando funcionários públicos são negligentes e as suas condutas ou decisões aparecem conectadas causalmente com alguma forma de dano ambiental, a responsabilidade destes é reconhecida.[\[21\]](#)

A doutrina do *strict liability*, ou responsabilidade sem culpa, originou-se da aplicação dos princípios do *nuisance* ficando bem estabelecida no direito canadense em *Rylands v. Fletcher* [1866]. Caracteriza-se quando substâncias perigosas ou poluentes escapam das terras do réu e danificam as terras do autor como o esgoto, produtos químicos, pesticidas, combustíveis e gases.

Para a doutrina da *strict liability*, o réu tem o dever do uso razoável da propriedade e de impedir referidos vazamentos causadores de contaminação. No mesmo sentido, todo o indivíduo que traz para a sua propriedade qualquer coisa que possa causar dano deve fazê-lo por sua total conta e risco. Adotando o voto condutor do Justice BLACKBURN, a *House of Lords*[\[22\]](#) determinou que a regra era aplicável apenas para os casos em que estivesse presente o uso não natural da terra.[\[23\]](#)

Várias gerações de juízes canadenses têm aplicado este antigo precedente. Como referido por *Lord Moulton's*, não é em todo uso da terra que este princípio é aplicado, mas apenas naquele uso especial [anormal] que traz o aumento do perigo para as outras pessoas e as propriedades vizinhas, jamais no uso

próprio e adequado da terra [de acordo com os padrões do homem médio] que gera benefícios a toda a comunidade.^[24] A *House of Lords* reconsiderou o precedente *Rylands v. Fletcher*, no caso de uso de solvente por um curtume que contaminou o aquífero subterrâneo explorado pela *Cambridge Water Company* para fornecer água a municipalidade. O argumento central utilizado foi de que o uso e armazenamento de substancial quantidade de produtos químicos era um uso natural e regular da terra na qual o curtume estava instalado.^[25]

Foi este um notável retrocesso da *House of Lords* na tutela, ainda que indireta, do meio ambiente. A Suprema Corte canadense, contudo, não está, há décadas, submetida ao decidido pela *House of Lords* em Londres, em especial após a publicação da Constituição de 1982.

Doutrina do *trespass* igualmente é aplicada no Canadá em matéria de danos ambientais. Consiste na entrada intencional nas terras de outra pessoa, ou o depósito de alguma substância ou material em terras alheias, sem uma devida justificação legal como licença, consenso do proprietário, estado de necessidade ou autorização legislativa.

No caso *Hole v. Chard Union*, foi reconhecida a responsabilidade dos réus por descarregar lixo e esgoto em córrego que passava pela propriedade do autor.^[26] O *trespass*, apesar de ser uma doutrina medieval, tem sido recentemente utilizada no oeste do Canadá para impedir o cultivo de determinados transgênicos como observa-se nos casos *Monsanto Canada Inc. v. Schmeiser*^[27] e *Hoffman v. Monsanto*^[28].

É invocada no Canadá a doutrina do *riparian rights*. Proprietários, cujas propriedades fazem fronteira com cursos de água, possuem direito de ação para preservar a quantidade natural e a qualidade das águas adjacentes cuja exploração está sempre sujeita ao uso razoável das populações ribeirinhas. O princípio foi reconhecido pioneiramente em *John Young v. Bankier Distillery Co.*, em que foi estabelecido que o proprietário ribeirinho possui o direito à água e sua corrente com fluxo natural, sem diminuição ou aumento sensíveis, ou alterações significativas em suas características e qualidade.^[29]

Conclui-se que a defesa do bem ambiental no Canadá ocorre prioritariamente na esfera administrativa com a realização de políticas ambientais, sendo a tutela jurisdicional do bem ambiental viabilizada supletivamente em casos em que estiver presente lesão a direitos individuais do autor.

^[1] A Suprema Corte do Canadá é de 1875, mas pode ser considerada de fato uma Suprema Corte após a abolição dos recursos de apelação para o Privy Council [Corte situada em Londres] pelo Parlamento no ano de 1949. Ver: LASKIN, Bora. *The Supreme Court of Canada: The first one hundred years*. Canadian Bar Review 53(1975), pp. 459-468. Ver também: HERMAN, Michael. *The founding of the Supreme Court of Canada*. Ottawa Law Review 8 (1976), pp. 102-160.

^[2] Em 1982, o Canadá e sua mais alta Corte tiveram uma alteração jurídica estrutural definitiva com a Constituição Canadense [*Canadian Charter of Rights and Liberties*]. Foram incorporadas cláusulas

constitucionais ao direito canadense como o direito dos aborígenes e, em especial, uma cláusula de supremacia declarando que “a Constituição é a Suprema Lei do Canadá e qualquer outra lei que seja incompatível com as suas previsões é destituída em toda a sua extensão de força e efeitos”. E, ainda, que as Cortes Canadenses, como intérpretes da Constituição, possuem o poder de anular leis que conflitem com a *Charter of Rights and Liberties* e o seu amplo leque de novos direitos e liberdades constitucionais. Ver: *Hunter v. Southan Inc.* [1984] 2 S.C.R 145 at 149.

[3] Ver: WEINBERG, Philip; REILLY, Kevin. *Understanding Environmental Law*. 2nd ed. Newark: LexisNexis, 2008. P. 37-43.

[4] BENIDICKSON, Jamie. *Environmental Law*. Third Edition. Toronto: Irwin Law, 2009. P. 100.

[5] BENIDICKSON, Jamie. *Environmental Law*. Third Edition. Ottawa: Irwing Law, 2009. P. 101.

[6] *Walker v. McKinnon Industries Ltd.*, [1949] O.R. 549 [H.C.J], var´d[1950] O.W.N. 309 [C.A.].

[7] *Shenck v. Ontario* [1981], 34 O.R. [2d] 595 [H.C.J] aff´d[1984]49º.R. [2d] 556 [C.A]. aff´d (sub nom. *Schenck v. Ontario [Minister of Transportation & Communications]*, 1987 2S.C.R

[8] *340909 Ontario Ltd v. Huron Steel Products* [1990], 73 O.R. [2d] 641 [H.C.J].

[9] *Bolduc v. Bell Mobilité Cellulaire* [1994], 17 C.E.L.R. [N.S] 102 [C.Q].

[10] *Nippa v. C.H. Lewis [Lucan] Ltd.* [1991], 7 C.E.L.R. [N.C] 149 [Ont. Gen. Div], [1991], 7 C.E.L.R. [N.S] 163 [C.A].

[11] *Ryan v. Victoria* [1999] S.C.R. 201 at para.

[12] BENIDICKSON, Jamie. *Environmental Law*. Third Edition. Ottawa: Irwing Law, 2009. P. 105.

[13] BENIDICKSON, Jamie. *Environmental Law*. Third Edition. Ottawa: Irwing Law, 2009. P. 105.

[14] *Sutherland v. Vancouver International Airport Authority*, 2002 BCCA 416 at para.34.

[15] *Rivtow Marine Ltd. V. Washington Iron Works* [1973], [1974] S.C.R. 1189.

[16] *Donogue v. Stevenson*. [1932] A.C. 562 at 580 [H.L.]

[17] BENIDICKSON, Jamie. *Environmental Law*. Third Edition. Ottawa: Irwing Law, 2009. P. 106.

[18] *Winnipeg Condominium Corp. No. 36 v. Bird Construction Co.* [1995] S.C.R.85.

[19] *Sevidal v. Chopra*. (1987), 64 O.R. (2d) (169) (H.C.J.).

[20] *Heighington v. Ontario*. (1989), 69 O.R. (2d) 484 at 486 (C.A.)

[21] *Torrap v. Alberta (Minister of Environmental Protection)*, [2000] A.J. No. 435 (C.A.); *Quebec (A.G.) v. Girard*, [2004] J.Q. no. 13624 (C.A.).

[22] Devido a histórica conexão entre o Canadá e o Reino Unido as decisões da *House of Lords*, anteriores a 1867, são tecnicamente ainda aplicáveis no Canadá, a menos que elas tenham sido substituídas pela Suprema Corte, o mesmo ocorre com as decisões do *Privy Council*, Corte para a qual as apelações deixaram de ser enviadas em 1949. Ver: MORTON, Frederick Lee. *Law, politics and the judicial process in Canada*. Calgary: University of Calgary Press, 2002. P. 389.

[23] *Rylands v. Fletcher*. (1866), L.R. Ex. 265, confirmed by 1868, L.R. 3 H.L. 330.

[24] *Richards v. Lothian*, [1913] A.C. 263 at 280(P.C).

[25] *Cambridge Water Co Ltda. V. Eastern Counties Leather Plc*, [1994] e A.C. 264 (H.L).

[26] *Hole v. Chard Union*[1894] 1 Ch. 293(C.A).

[27] *Monsanto Canada Inc. v Schmeiser*, [2004] 1 S.C.R. 902.

[28] *Hoffman v. Monsanto Canada Inc.*, 2005 skbq, aff'd (2007), 28 C.E.L.R (3D) 165 (Sask. C.A).

[29] *John Young v. Bankier Distillery Co.* (1893) A.C. 691 AT 698 (H.L.)

Date Created

24/07/2016